



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

THATIANA DO SOCORRO BORGES VILELA

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NO
ENSINO SUPERIOR**

(TRABALHO APRESENTADO EM EVENTO CIENTÍFICO)

BRAGANÇA-PA

2022

THATIANA DO SOCORRO BORGES VILELA

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NO
ENSINO SUPERIOR**

Creditação de Trabalho de Conclusão de Curso ([Instrução Normativa n.º 01/2022 - PROEG/UFPA](#)), apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa.

BRAGANÇA-PA

2022

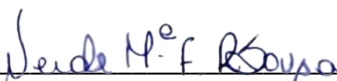
O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Creditação de Trabalho de Conclusão de Curso (Instrução Normativa n.º 01/2022 - PROEG/UFGA), apresentado à Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciada Plena em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa.

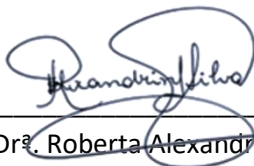
APROVADO EM: 11 / 11 / 2022

CONCEITO: EXCELENTE

BANCA AVALIADORA



Prof^ª. Dr^ª. Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa
Orientadora – Universidade Federal do Pará (UFGA)



Prof^ª. Dr^ª. Roberta Alexandrina da Silva
Avaliador(a) – Universidade Federal do Pará (UFGA)



Prof^ª. Ma Edilene do Socorro Silva da Rosa
Avaliador(a) – Universidade Federal do Pará (UFGA)

TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

**O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL E O PROCESSO DE INCLUSÃO NO
ENSINO SUPERIOR**

Thatiana do Socorro Borges Vilela¹, e-mail: thatyyyvilela@gmail.com. Universidade Federal do Pará –
Campus Universitário de Bragança

Neide Maria Fernandes Rodrigues de Sousa², e-mail: neylla64@gmail.com Universidade Federal do Pará –
Campus Universitário de Bragança.

Carla Thalia Bastos de Jesus³, e-mail: carlathalia54@gmail.com. Universidade Federal do Pará – Campus
Universitário de Bragança.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo verificar a percepção de universitários com deficiência visual sobre a inclusão no ensino superior. A UFPA por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) procura garantir condições para que pessoas com deficiência consigam não somente ingressar, mas também, concluir a trajetória acadêmica. Para sustentar nossa pesquisa utilizamos autores como Castanho, Sousa, Glat, dentre outros. Participaram da pesquisa três estudantes com deficiência visual de um campus do interior da Universidade Federal do Pará. O levantamento foi realizado por meio de entrevista semiestruturada com roteiro pré-estabelecido; as questões envolveram as temáticas a inclusão educacional, o acesso a educação superior, o apoio institucional e pedagógico, contexto psicossocial e a acessibilidade. Nos resultados os participantes indicaram que o ensino-aprendizagem fica comprometido por questões como: material pouco acessível; atraso na entrega de material digitalizado; no início do curso não havia pessoal de apoio; quantidade grande de leituras e material pouco acessível; pouca acessibilidade física no campus e despreparo dos profissionais. Conclui-se que apesar da política específica de acesso ao ensino superior, é necessário um conjunto de ações planejadas e sistemáticas para se garantir a efetiva inclusão e o sucesso na vida acadêmica; na situação estudada sugere-se ações sistematicas que garantam de fato uma educação inclusiva no ensino superior como por exemplo: formação continuada dos professores, preparo maior dos profissionais envolvidos, materiais didáticos apropriados e em mãos dentro de um prazo correspondente ao tempo da matéria ministrada.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Ensino superior. Deficiência visual.

¹ Estudante do curso de Pedagogia. UFPA. Campus de Bragança.

² Professora Doutora. UFPA. Campus de Bragança.

³ Estudante do curso de Pedagogia. UFPA. Campus de Bragança.

**TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA****CONFERÊNCIA DE ABERTURA****Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto****INTRODUÇÃO**

O Brasil adotou uma política educacional inclusiva a partir da década de 1990, com a intenção de promover o direito de toda e qualquer pessoa a uma educação de qualidade, inclusive o aluno com deficiência. A educação inclusiva está pautada na concepção de direitos humanos, na busca da equidade social e na ideia de que igualdade e diferença são valores que não se dissociam (BRASIL, 2008). Nessa perspectiva, na valorização das diferenças humanas, se faz necessário uma reflexão sobre as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero e consequentemente as implicações das políticas e práticas educacionais.

As pessoas com deficiência historicamente sofreram processos de exclusão e discriminatórios a partir de padrões homogeneizadores da sociedade e do sistema de ensino. A luta por direitos desses cidadãos foi bastante árdua. Na atualidade há um conjunto de documentos legais e diretrizes políticas de inclusão para o público alvo da educação especial que garantem os direitos a esse grupo minoritário; entre esses, podemos citar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da pessoa com Deficiência sancionada em 2015 e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Inclusão implementada em 2008. Esses e outros documentos asseguram a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência nas instituições de ensino, em específico proporcionam o acesso e a permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior- IFES (BRASIL, 2015; 2008).

Apesar de um conjunto de aparato legal e político a realidade vem indicar que a inclusão ainda é um processo de construção. O pleno acesso e a permanência das pessoas com deficiência ainda não é uma realidade, sendo reconhecíveis os passos que direcionam a tal conquista, porém há muitos retrocessos; além de ações que precisam ser implementadas. Diversos fatores contribuem para esse quadro de dificuldade, podemos destacar aspectos culturais, políticos e sociais. Por isso, é relevante discutir meios que possam diminuir esses obstáculos.

A inclusão educacional, amparada por diretrizes e normas nacionais e internacionais, exige transformações e coloca a educação como um direito de todos. Uma instituição inclusiva é aquela que conhece seus alunos, respeita suas diversidades, potencialidades, e deve estar preparada para atender as necessidades de cada um deles. Para efetivação de uma política



Realização

Campus Universitário do Tocantins/
UFPA - Cametá

Apoio



**TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA****CONFERÊNCIA DE ABERTURA****Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto**

Desta forma, pode-se compreender que não há somente um caminho para tornar a educação mais acessível aos alunos cegos e com baixa visão, sendo perceptível a importância de um ambiente inclusivo que leve em consideração as especificidades físicas desses alunos, como também, o uso de flexibilização curricular, (como recurso metodológico, avaliativo etc), para promover uma didática mais eficiente e inclusiva. Não deixando de ressaltar que, muitas dificuldades podem ser sanadas com uma comunicação adequada entre professor e aluno.

Segundo Alves (2006) o aspecto comunicativo é de suma importância para o desempenho dos estudantes e a adaptação de textos escritos na prática pedagógica com alunos com DV.

[...] adaptar a transcrição de materiais, Braille/tinta, tinta/Braille, e produzir gravação sonora de textos; [...] realizar adaptação de gráficos, mapas, tabelas e outros materiais didáticos para uso de alunos cegos; promover a utilização de recursos ópticos, (lupas manuais e eletrônicas) e não ópticos, (cadernos de pauta ampliada, iluminação, lápis e canetas adequadas); adaptar material em caracteres ampliados para uso de alunos com baixa visão, além de disponibilizar outros materiais didáticos; [...] promover adequações necessárias para o uso de tecnologias de informação e comunicação (ALVES, 2006, pg27-28).

O uso de adaptações é indispensável visto que o educando necessita do material proposto pelos docentes para a efetivação plena da disciplina, mas a demora em chegar à instituição é alarmante, levando até 1 mês e mais alguns dias para a entrega.

Embora na educação inclusiva seja indispensável às condições que a universidade deve oferecer em favor de seus alunos com necessidades especiais de maneira que eles sejam incluídos no processo educacional, é importante ressaltar que uma das maiores barreiras que se iguala a isso vem sendo o despreparo dos professores, gestores e outros agentes da educação, mostrando a falta de capacitação dos mesmos, e assim não sabem lidar com essa diferença.

Dessa forma, preserva-se a ideia que a Educação Inclusiva apresenta a de um ensino que se adapte as necessidades individuais que sugerem uma metodologia diferenciada e especializada e cabe aos docentes estarem equipados para atender essas especificidades com propriedade, desenvolvendo recursos e estratégias educacionais que facilitem a vida dessas pessoas (SANT'ANA, 2005).

Diante do exposto, a questão problema se direciona para a seguinte questão: qual a percepção do universitário com deficiência visual sobre a inclusão no ensino superior? Para



**TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA****CONFERÊNCIA DE ABERTURA****Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto**

responder a questão, a pesquisa teve como objetivo verificar a percepção de universitários com deficiência visual sobre a inclusão no ensino superior.

A relevância do trabalho está em suscitar debates sobre a temática deficiência visual e a inclusão no ensino superior com informações sobre a realidade educacional, sendo um instrumento a mais que pode auxiliar o planejamento de ações pedagógicas no âmbito da educação inclusiva.

MÉTODO

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa ou naturalística. A pesquisa de cunho qualitativo caracteriza-se por ocorrer em ambiente natural, os dados são descritivos, e são obtidos no contato direto entre o pesquisador e a situação estudada, (LÜDKE; ANDRÉ, 2014).

O levantamento foi realizado em um campus do interior da Universidade Federal do Pará (UFPA). No campus funcionam oito faculdades: Ciências Biológicas, Ciências Naturais, Educação, Engenharia de Pesca, História, Letras, Matemática, Línguas Estrangeiras.

Participaram da pesquisa três estudantes universitários com deficiência visual dos cursos de graduação- História, Pedagogia e Ciências Biológicas de um campus do interior da Universidade Federal do Pará. Os participantes eram do sexo masculino, com idade entre 19 a 30 anos. Para o levantamento de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada com roteiro pré-estabelecido, com questões sobre inclusão educacional, acesso a educação superior, apoio institucional e pedagógico, contexto psicossocial e acessibilidade.

No tratamento dos dados foi usada a análise de conteúdo de Bardin (2011). Para a autora três fases são utilizadas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados- inferência e interpretação. Na pré-análise realizamos a organização dos dados, no qual fizemos a transcrição das entrevistas, a leitura flutuante das entrevistas e o levantamento de algumas hipóteses referente ao material. Na exploração do material efetuamos a categorização e codificação dos materiais transcritos das entrevistas. Por fim apresentamos os resultados e a interpretação relacionando com as discussões teóricas e conceituais dos autores da área. (BARDIN, 2011).

**TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA****CONFERÊNCIA DE ABERTURA****Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto****RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com o intuito de responder aos objetivos da pesquisa que foi verificar a percepção de universitários com deficiência visual sobre a inclusão no ensino superior, fizemos a estruturação dos dados. Após a transcrição das entrevistas, os dados compilados e organizados em cinco categorias temáticas:

1. Inclusão educacional e ensino-aprendizagem no ensino superior

Nas narrativas sobre a inclusão educacional e ensino-aprendizagem, os participantes expressaram como se sentiram e como perceberam o processo inclusivo. Para eles inicialmente a aprendizagem foi difícil. Relataram as poucas condições materiais para a aprendizagem, como a falta de computador adaptado, não ter um estudante monitor que o auxiliasse, o material não era adaptado. Informaram que as situações foram melhorando no decorrer do curso. No decorrer do curso foi disponibilizada uma bolsista monitora, o material foi sendo adaptado. Apesar de que ainda existem dificuldades, como o atraso de entrega de materiais. O maior desafio, para os participantes são as quantidades de leituras e o pouco tempo para a atividade, demandando no esforço maior da visão.

O participante 1 em sua narrativa expõe como percebe a inclusão educacional e o processo de ensino aprendizagem.

Eu achava que quando eu chegasse aqui iria encontrar algo bem mais acessível né, mas infelizmente não existe ainda. No início a aprendizagem foi difícil e muito complicada. No início dos cursos não tinha uma pessoa para digitalizar o material das aulas, não tinha computador adaptado e uma boa parte do material não era adaptado. No decorrer dos cursos foi melhorando, foi disponibilizada uma bolsista, o material foi sendo adaptado. Apesar de que ainda existem dificuldades, como o atraso de entrega de materiais. O maior desafio é a quantidades de leituras, demanda esforço maior da visão.

Para que ocorra a inclusão do aluno deficiente visual deve-se possibilitar o pleno desenvolvimento de suas habilidades e aptidões

**TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA****CONFERÊNCIA DE ABERTURA****Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto**

Cada pessoa desenvolve processos particulares de codificação que formam imagens mentais. A habilidade para compreender, interpretar e assimilar a informação será ampliada de acordo com a pluralidade das experiências a variedade e qualidade do material, a clareza, a simplicidade e a forma como o comportamento exploratório é estimulado e desenvolvido (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p.16).’

Em conformidade com os dados, entendemos que para a inclusão no ensino superior do aluno com Deficiência visual é preciso um levantamento das necessidades desse estudante, que se trabalhe a formação de professores para o atendimento ao aluno com deficiência visual e que se construa um conjunto de recursos pedagógicos com softwares específicos como o Dosvox, Virtual Vision, NVDA, etc.), que se façam provas em formato digital a ser realizado no computador entre outros, contemplando assim a participação dos alunos deficientes visuais nas atividades propostas pelos professores, já que estes carecem de recursos pedagógicos e estratégias de ensinamentos adequadas e/ou adaptadas para dá eficiência ao processo de ensino-aprendizagem. “Acho que passa muito despercebido essa questão de deficiente na UFPA, na faculdade em geral” diz um dos entrevistados.

Outro ponto comentado pelos participantes foi a falta de preparo de professores e profissionais no convívio com a pessoa com deficiência visual. Entendemos a necessidade de formação continuada para os professores das turmas dos alunos

[...] a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas. Uma oportunidade para (re) pensar as relações de poder existentes no currículo, os mecanismos utilizados para validar os conhecimentos e os pressupostos que fundamentam quem pode ou não aprender na escola. (MIRANDA, GALVÃO FILHO, 2012, p. 18).

2. O acesso a educação superior

Nessa categoria as narrativas são direcionadas a entrada e convivência dos alunos com DV na universidade. Para um estudante, o processo não deveria ser diferente aos dos demais alunos, ou mesmo ser um processo tranquilo e acolhedor sem afetar o aluno emocionalmente, mas não é o que ocorre muitas das vezes; esse entrevistado comenta sobre esse despreparo e falta de humanidade dos profissionais, afirma que essa questão é muito pessoal e as quais



**TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA****CONFERÊNCIA DE ABERTURA****Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto**

deixaram marcas profundas, informa que foi recebido com muita arrogância e grosseria, salienta que a universidade deveria ser um local de boa educação, porém não foi o que encontrou, grosseria e maus tratos resumiriam esse passo ao ensino superior; salienta que uma pessoa cega ou com baixa visão tem necessidades educacionais especiais diferentes das demais.

Essa experiência negativa foi relatado por apenas um participante, e não se estendeu para todos os alunos participantes da pesquisa. Os outros participantes informaram que o acesso foi normal, sem irregularidades e diferenças para com os demais alunos, ingressaram por meio do ENEM, uns por meio de cotas e outros em ampla concorrência.

3. Apoio Institucional e Pedagógico

Quando perguntamos sobre o apoio institucional os alunos deficientes visuais classificam como regular, pois segundo os mesmos, muitas vezes eles passam despercebidos para a instituição; e só depois de um tempo, a instituição os chama para diálogo e perguntam como vai as aulas, a aprendizagem e falam das possibilidades de bolsas. Em unanimidade os alunos entrevistados destacaram que precisa mudar muito o apoio institucional, que está longe de ser bom, e que deve ser uma relação recíproca, para juntos resolverem os problemas.

A permanência na universidade envolve dificuldades para a pessoa com deficiência visual. Para que aja sucesso no ensino- aprendizagem dos alunos deficientes visuais se faz necessário um conjunto de ações, através do apoio institucional com a oferta de bolsas de permanência, serviço psicológico e pedagógico. O apoio pedagógico, abrange, materiais adaptados de acordo com o aluno e o acompanhamento com o professor e a flexibilidade curricular.

Referente ao apoio didático em sala de aula, os entrevistados ressaltaram que esse apoio que ocorre muito bem, os professores tentam trabalhar de maneira inclusiva com eles, disponibilizando materiais diversos e de acordo com as individualidades dos alunos, com uma metodologia diversificada buscando sempre uma melhor aprendizagem desse aluno. O que seria o problema nesse tópico seria o atraso de materiais adaptados, mas que em contra partida os professores tentam o seu melhor para ajudar nesses casos.



**TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA****CONFERÊNCIA DE ABERTURA****Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto**

A permanência no ensino superior do aluno cego exige procedimentos que viabilize ensino-aprendizagem de qualidade. Ao longo do curso se faz necessário recursos tecnológicos e material adaptado (SELAU, DAMIANI, COSTAS, 2017).

4. Contexto Psicossocial

Nessa categoria buscamos conhecer como o aluno deficiente visual convive com sua deficiência; como ocorre o seu relacionamento com os colegas de curso, docentes e demais funcionários da instituição. Sobre a convivência com sua deficiência dois participantes disseram que é normal. Todos os estudantes afirmaram que convivem na medida do possível, pois relatam que a deficiência traz muitas adversidades no dia a dia, problemas que para uma pessoa sem deficiência já se torna complicado, para a pessoa com deficiência é muito maior, mas que mesmo com tudo isso, buscam maneiras de se alegrar e não desistir.

Quando chegamos no relacionamento com os demais colegas de turma, em suma, destacam um relacionamento passivo e até muito bom, relacionamento este que se estende aos docentes e demais funcionários da instituição, os quais muitas vezes tentam ajudar, agilizar algum processo que o aluno esteja passando, uma ajuda que pode parecer simples mais que para o deficiente faz muita diferença.

Segundo Selau, Damiani, Costas (2017) um conjunto de procedimentos devem ser trabalhados com os professores, como a reflexão sobre a concepção sobre cegueira, o diálogo com o aluno cego sobre os modo de construir a relação professor-aluno e conteúdo e o estímulo da relação entre aluno cego e vidente.

5. Acessibilidade Física

Na categoria temática acessibilidade física as narrativas se direcionaram para os sentidos: difícil, não acessível, rampas fora do padrão, elevador não funciona. Banheiros pouco acessíveis. Nos relatos dos participantes foi possível identificar grandes dificuldades que os alunos com deficiência enfrentam no cotidiano da universidade, focando especialmente na falta de acessibilidade física. Quando não tem aquela visibilidade legal, para definir assim, o que é

TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

a escada os corredores e as rampas, por exemplo, os corrimões das escadas estão todos enferrujados que a gente não pode agarrar, então já é um impedimento, pois as pessoas têm que subir com mais cautela se não vai acabar se prejudicando. Se as pessoas que não são deficientes já encontram dificuldades, ar-condicionado quebrado essas coisas do tipo, banheiro destruído, imagina nós deficientes sem marcação de espaço, de rampas, essas coisas, seria bem complicado.

A acessibilidade física é um dos fatores que contribuem significativamente para a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior e tem o objetivo de promover o pleno desenvolvimento acadêmico de alunos com deficiência e/ou mobilidade reduzida. A acessibilidade é compreendida como a capacidade da pessoa fazer uso do ambiente, de forma completa e, interagir com ele, sem a necessidade de ajuda de outras pessoas, de modo que acessibilidade ultrapassa as barreiras arquitetônicas, sendo presente na comunicação, informação e transporte.

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, biblioteca, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2004)

Na promoção da acessibilidade física, alguns documentos legais e normativos como, a Lei nº 10.098 de 2000, o Decreto nº 5.296 de dois de dezembro de 2004 (BRASIL, 2000; 2004) e a ABNT NBR 9050 de 2015 estabelecem normas gerais e critérios básicos de acesso. Esses documentos vêm estabelecer critérios e parâmetros técnicos gerais quanto a projeto, construção e adaptação do meio urbano e rural quanto às condições de acessibilidade que visa proporcionar ao indivíduo com deficiência uma maior autonomia, independência e segurança nos diferentes ambientes, como instituições de ensino. Apesar dos aportes legais a realidade vem indicar que a política institucional no campus objeto do levantamento ainda não está atendendo aspectos importantes para efetivação da inclusão.



Realização

Campus Universitário do Tocantins/
UFPA - Cametá

Apoio



**TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA****CONFERÊNCIA DE ABERTURA****Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto****CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se perceber uma discrepância entre os documentos oficiais e a realidade educacional no ensino superior, mesmo tendo uma legislação que garante a inclusão dos deficientes visuais no ensino superior, pensamos que é um processo em construção, com aspectos negativos e faltas no planejamento e implementação das ações, pensamos que é preciso recursos e acessibilidade. A presença de alunos com deficiência no Ensino Superior nos leva a refletir sobre uma reconstrução dos sistemas de ensino, não se limitando apenas as infraestruturas, mas ao aporte pedagógico inclusivo, ressaltando também o próprio despreparo dos profissionais e a carência no material didático apropriado. Assim se faz necessário um conjunto de ações planejadas e sistemáticas incluindo nessa a formação continuada dos professores do ensino superior para a educação inclusiva tornando-se assim uma prática educativa que propicie a participação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na criação de estratégias para a superação das dificuldades que surgirem.

O professor tem uma grande contribuição nesse processo de formação do aluno, não somente de forma individual como também de modo geral, refletindo no seu cotidiano perante a sociedade como um todo. Assim essas atitudes terão como finalidade garantir a efetiva inclusão dos alunos deficientes no ensino superior, respeitando suas especificidades.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALVES, D. de O. *Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado/elaboração* Denise de Oliveira Alves, Marlene de Oliveira Gotti, Claudia Maffini Griboski, Claudia Pereira Dutra - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL, *LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015*. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm > . Acesso em : 01 ago. 2018.



Realização

Campus Universitário do Tocantins/
UFFPA - Cametá

Apoio



TEMA: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS TENSIONAMENTOS NO CENÁRIO
EDUCACIONAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Prof. Dr. Gaudêncio Frigotto

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF, 2008.

BRASIL, 2004. *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências

CASTANHO, D. Política para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: Um estudo em universidades e centro universitário de Santa Maria - RS. 2007. 127f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

GLAT, Rosana. *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro – RJ: Letras. 2007.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, T.G.; GALVÃO FILHO, T.A. (Orgs). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*. Salvador: EDUFBA, 2012.

PANSANATO, E; RODRIGUES, I; SILVA, C. Inclusão de estudante cego em curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas de uma instituição pública de ensino superior: um estudo de caso. *Revista Educação Especial*, vol. 29, núm. 55, mayo-agosto, 2016, pp. 471-486

PERINI, T. Í. *O processo de inclusão no Ensino Superior em Goiás: a visão dos excluídos*. 2006. 121f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

SANT'ANA, I.M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. *Rev. Psicologia em Estudo*, v.10, n.2, p.227-234, 2005.

SELAU, B; DAMIANI, M; COSTAS, F, Estudantes cegos na educação superior: o que fazer com os possíveis obstáculos? *Acta Scientiarum. Education*, v. 39, n. 4, p. 431-440, Oct.-Dec., 2017.

SOUSA, Neide M. F.R. A Pessoa com deficiência física: representações sociais de alunos usuários de cadeira de rodas sobre a escolarização e as implicações no processo formativo. *Tese* (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

